

POLITICA GOVERNAMENTAL/  
ENSINO PARTICULAR

SECTOR DE RECORTES DE IMPRENSA

# FACULDADE BRASILEIRA ESPERA AUTORIZAÇÃO PARA LECCIONAR EM PORTUGAL

Há cerca  
de 5 anos

A Comissão Instaladora da «Faculdade Camilo Castelo Branco» - vocacionada para a preparação de odontologistas e cirurgiões dentistas - enviou uma carta ao presidente José Sarney, protestando contra o facto de entidades privadas brasileiras aguardarem há 5 anos que o Ministério da Educação português responda ao pedido de autorização para a instalação daquele estabelecimento de ensino em Portugal.

Na referida missiva, a que o «CM» teve acesso, salienta-se que o Brasil é a «segunda maior potência no ensino e práticas na preparação de odontologistas, bem como de cirurgiões dentistas», tendo formado os melhores técnicos do sector.

Por outro lado, aquela comissão afirma que, «atendendo às carências de ensino nessas especialidades em Portugal, muitos têm sido os portugueses que se têm socorrido das Faculdades brasileiras». Segundo o mesmo documento, a frequência e a procura deste tipo de ensino por portugueses, levaram a Sociedade Itaquarense de Ensino a criar a referida Faculdade de Odontologia, cujos custos integrais seriam suportados pelo responsável daquela instituição brasileira de ensino.

Assim, a Comissão Instaladora explica

que «passados que são cinco anos, e cumpridas que foram as formalidades requeridas, o deferimento da Faculdade continua sem obter resposta (positiva ou negativa), o que, em princípio, contraria os acordos firmados entre Portugal e o Brasil».

Entretanto, e em ofício dirigido ao Ministério da Educação, a referida comissão Instaladora afirma necessitar de «autorização de abertura e funcionamento, dado que, em final de Setembro se encontra concluído o espaço físico para o primeiro ano» começar a funcionar. Refira-se, a propósito, que aquele estabelecimento de ensino será instalado em Benavente, tendo os responsáveis adquirido já um prédio para o efeito, mais concretamente em Samora Correia.

Deste modo, a comissão instaladora da «Faculdade Camilo Castelo Branco» acusa «o Ministério da Educação de estar a desmentir, na prática, os acordos de cooperação, nomeadamente os mais recentes, assinados durante a visita do presidente Sarney a Portugal».

A propósito deste assunto, do Ministério da Educação foi-nos explicado que existem diversos pedidos de instalação de faculdades privadas. Dado, porém, que se trata de uma situação susceptível de trazer problemas de ordem vária, tanto para os alunos

como para os docentes, foi necessário publicar, no ano passado, um Decreto-Lei-100 B, que «pretende fixar as regras e disposições que devem orientar a autorização de criação e funcionamento de estabelecimentos de ensino particular e cooperativo até à publicação do correspondente estatuto, bem como regular a fiscalização da sua actividade e um eventual reconhecimento dos cursos».

Por isso, os projectos apresentados para instalação de novas faculdades tiveram de ser reformulados, estando agora a ser apreciados por uma comissão que verificará os processos no que respeita à instalação, ao corpo docente e áreas pedagógicas, com vista ao reconhecimento e consequente aval do Ministério para o funcionamento dos cursos.

Os processos de avaliação estão praticamente concluídos, havendo os interessados receber as respostas num curto espaço de tempo.

No que concerne ao caso específico da «Faculdade Camilo Castelo Branco», os responsáveis por este projecto deverão serificados ainda esta semana, uma vez que as comissões encarregadas deste estudo já emitiram pareceres.

M.M.

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

Ensino Particular